

# Lisboa e a Revolução Liberal de 1820<sup>1</sup>

José Manuel Lopes Cordeiro<sup>2</sup>

*À memória de Pedro Baptista, Comissário-Geral das Comemorações do Bicentenário da Revolução Liberal do Porto de 1820*

Numa obra relativamente recente, o autor apresentou a seguinte interpretação para explicar a razão pela qual a Revolução Liberal de 1820 se desencadeara na cidade do Porto:

*Tem-se insistido no papel do Norte — nomeadamente do Porto — na revolta, como traduzindo condições específicas e mais favoráveis a um triunfo liberal do que qualquer outra parte do Reino. Não parece ter sido assim. A escolha do Porto como palco do pronunciamento deveu-se sobretudo à conjuntura do momento. [...] O aliciamento militar fez-se no Norte como se poderia ter feito no Sul<sup>3</sup>.*

E, numa tentativa de reforçar esta argumentação, acrescentou: «pelo contrário, Xavier de Araújo, um dos membros do Sinédrio, afirmou mais tarde que “toda a força da revolução estava em Lisboa”»<sup>4</sup>.

Ao efectuar estas considerações, que se traduzem em retirar à cidade do Porto a importância que advém do seu papel na Revolução Liberal de 1820, o autor manifestava o seu incómodo relativamente ao protagonismo então desempenhado pela capital do Norte, a qual, ao contrário de Lisboa, não teria os

1. Algumas partes do texto foram retomadas do nosso livro *1820. Revolução Liberal do Porto*. Porto: Câmara Municipal, 2020. O autor não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

2. Comissário da Exposição 1820. Revolução Liberal do Porto, integrada nas Comemorações do Bicentenário da Revolução Liberal de 1820, organizadas pela Câmara Municipal do Porto. Professor Aposentado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. E-mail: jmlopes.cordeiro@gmail.com.

3. MARQUES, coord., 2002: 557.

4. MARQUES, coord., 2002: 557.

necessários predicados para acolher um acontecimento com aquele significado e importância política.

É também surpreendente que um historiador com a experiência e notoriedade científica de Oliveira Marques cometa um erro tão grosseiro, ao citar, em reforço da sua argumentação, a frase de Xavier de Araújo, de que «toda a força da revolução estava em Lisboa»<sup>5</sup>. Na realidade, este membro do Sinédrio empregou a frase citada, mas num contexto completamente diferente, ou seja, a propósito do golpe político-militar da Martinhada, ocorrido muito mais tarde, em 11-17 de Novembro e, sublinhe-se, apenas em relação à proposta por ele apresentada de que o futuro local para o funcionamento das Cortes fosse a cidade de Coimbra. De modo algum se referia ao pronunciamento militar de 24 de Agosto do Porto, onde nesta altura se encontrava, como a evidência histórica comprovou, toda a força da Revolução.

De acordo com a interpretação de Oliveira Marques, se não tivesse sido essa momentânea conjuntura de que o Porto beneficiava, possivelmente Lisboa reuniria todas as condições para ter constituído o palco da Revolução Liberal, como se depreende da subsequente justificação do autor ao afirmar que «toda a força da revolução estava em Lisboa». Embora não explique a razão pela qual na devida altura essa força não se manifestou, depreende-se que se viesse a manifestar-se a cidade não deixaria de desempenhar o papel que na sua perspectiva está exclusivamente acometido às capitais: serem, por inerência, o palco de todos os acontecimentos importantes que ocorrem num país.

Esta interpretação de Oliveira Marques revela um inconfessável mal-estar pelo simples facto de uma cidade da «província» ter assumido um papel determinante na organização e eclosão da Revolução Liberal em Portugal, traduz um bairrismo e paroquialismo exacerbados, e engendra uma rivalidade entre as duas cidades que não tem qualquer razão de existir; tanto mais que na época a capital do país era o Rio de Janeiro. A função do historiador é a de proporcionar uma visão crítica do tema que aborda, contemplando a interpretação e a explicação dos factos históricos que lhe estão associados, o que não foi o caso. A referida afirmação de Oliveira Marques proporciona, no entanto, uma boa oportunidade para relembrar

5. ARAÚJO, 1846: 62.

qual foi o efectivo papel de Lisboa na preparação, no desenrolar e no sucesso da Revolução Liberal de 1820, como iremos ver de seguida.

## 1. Lisboa nas vésperas da Revolução Liberal de 1820

A conspiração para derrubar a Junta de Governo do Reino e expulsar os oficiais ingleses e o seu chefe, o marechal Beresford, que ocorreu em Lisboa em Maio de 1817, constituiu a primeira iniciativa para instalar um regime constitucional em Portugal. Como é conhecido, o plano elaborado pelos conspiradores era muito elementar, consistindo numa concentração nocturna em Lisboa, com a consequente prisão do marechal Beresford, explorando o efeito surpresa e acreditando na não intervenção das autoridades. No dia seguinte, perante as reclamações que necessariamente as tropas apresentariam, entraria em cena Gomes Freire de Andrade, o qual, com o prestígio e a autoridade de que dispunha, controlaria rapidamente a situação, instituindo um governo provisório que teria a missão de convocar Cortes. Estas, por sua vez, designariam um monarca constitucional. Era desta forma que Gomes Freire de Andrade seria envolvido na conspiração, como se constata, muito mal preparada, essencialmente lisboeta, e com uma composição exclusivamente militar, mas de baixas patentes. Não existiu sequer a preocupação de obter aliados, nomeadamente no exército, nem através de uma eventual participação popular. Não existindo também grandes preocupações em garantir o sigilo na sua actuação, foi denunciada por um elemento infiltrado, tendo os principais implicados sido presos no dia 26 de Maio.

O muito controverso processo judicial a que os conjurados, incluindo Gomes Freire, foram submetidos, e que o marechal Beresford acompanhou de perto revelando uma indisfarçável preocupação no desfecho do mesmo, levou a que os conspiradores, ainda que sem provas concludentes, no julgamento efectuado em 15 de Outubro de 1817, fossem condenados à morte pelos crimes de «Lesá Majestade de primeira cabeça, e alta traição»<sup>6</sup>, tendo Gomes Freire de Andrade sido executado dois dias depois, na esplanada em frente ao forte de São Julião da Barra, onde se encontrava detido, separado dos outros conjurados. O seu corpo foi queimado e as cinzas lançadas ao Tejo, tendo os seus companheiros sido garroteados no Campo de Santana, em Lisboa. Gomes Freire ainda pediu

6. MEDEIROS, 1820: 134.

para ser fuzilado, por consideração à dignidade do seu posto, mas a solicitação não foi aceite.

A execução de Gomes Freire de Andrade e dos seus 11 companheiros, e a desmesurada repressão que então se instalou, causou um profundo impacto na sociedade portuguesa. Se, por um lado, contribuiu para o incremento de uma consciência liberal e para o agravamento da situação de descontentamento já existente, por outro, e em particular em Lisboa, instalou um ambiente de medo que, seguramente, dissuadiu qualquer tentativa de repetir a tentativa desencadeada pelo denominado Supremo Conselho Regenerador de Portugal, Brasil e Algarves.

A relação da Maçonaria com a conspiração de Gomes Freire de Andrade e a persistente instabilidade política levaram a Junta de Governo do Reino a solicitar a D. João VI um diploma que interditasse a actividade dos pedreiros-livres. Em 30 de Março de 1818, o monarca promulgou um alvará declarando «criminosas e proibidas todas e quaisquer sociedades secretas, de qualquer denominação que elas sejam»<sup>7</sup>, cuja infracção implicaria a pena de morte e o confisco dos bens, levando a que a partir de então o Grande Oriente Lusitano suspendesse os trabalhos das Lojas. Não só se encrespava o ambiente político como se inibiam eventuais conspirações que a Maçonaria pudesse desencadear, uma realidade muito presente em Lisboa, principal palco de actuação das lojas maçónicas.

Apesar do ambiente crispado e da grande tensão que a partir de então se registou em Lisboa importa salientar que, no respeitante ao comportamento da população, existiam duas realidades diferentes. Enquanto os sectores que comungavam ideias liberais, ligados a uma burguesia urbana, às chefias militares e, evidentemente, à Maçonaria, se retraíam e abstinham de desenvolver qualquer actividade conspirativa, por temor à repressão, os sectores populares não se inibiam de desafiar, ainda que com as naturais precauções, a autoridade da Junta de Governo do Reino. Como referiu Ferdinand de Lesseps, o encarregado de negócios da França, num ofício datado de 15 de Março de 1820, grassava então em Lisboa uma «fermentação popular que já se manifesta[va] surdamente»<sup>8</sup>, uma realidade que seguramente já se faria sentir há algum tempo. Contudo,

7. *Alvará de 30 de Março de 1818 em que o rei [D. João VI] declara por Criminosas e Prohibidas todas e quaisquer Sociedades Secretas, de qualquer Denominação que ellas sejam*, 1818: 1.

8. «Ofícios de Lesseps, de 15 e de 27 de Março de 1820» *apud* G. DIAS, J. DIAS, 1980: 680; ver também ALEXANDRE, 1993: 452.

estes sectores populares não dispunham então de qualquer capacidade para desencadear um movimento revolucionário que derrubasse o regime absolutista.

Recuando um pouco, analisemos a actividade desenvolvida pela Associação que viria a ficar conhecida por Sinédrio, fundada no Porto em 22 de Janeiro de 1818, no sentido de obter apoios em Lisboa para o seu projecto de regeneração do país.

Em Abril de 1819, José da Silva Carvalho — um dos fundadores do Sinédrio — terminou as funções que desempenhava no Porto, de Juiz de Fora dos Órfãos e de Auditor Interino do Exército, e nesse mesmo mês instalou-se em Lisboa. O Sinédrio aproveitou esta mudança de Silva Carvalho para lhe atribuir a tarefa de «examinar o espírito público» reinante em Lisboa, embora «de tal maneira que me era vedado dar-me a conhecer a pessoa alguma, fosse ela quem fosse»<sup>9</sup>. Contudo, pouco após a sua chegada, Silva Carvalho depressa constatou «que nada se podia esperar da indolência e inércia dos habitantes daquela cidade, em quem não encontrou nem resolução, nem esperança do mais pequeno auxílio»<sup>10</sup>. Os ânimos estavam aterrados com o terrível exemplo do Campo de Santana, o qual os acobardou por algum tempo»<sup>11</sup>. Só mais tarde os membros do Sinédrio puderam constatar

*que na capital haviam alguns homens com o mesmo projecto que tinham os do Norte; porém ao mesmo tempo souberam que eles nenhuma tenção tinham de obrar. A opinião geral em Lisboa era que só das Províncias podia vir o grande e eficaz impulso que devia salvar a Nação. Os Patriotas de Lisboa que, apesar de não traçarem medidas para executarem uma ou outra empresa, todavia meditavam nela em silêncio, e com isto mostravam que não desconfiavam da Regeneração da Pátria, haviam tomado por Emblema de seus trabalhos a simbólica palavra Segurança»<sup>12</sup>.*

9. CARVALHO, 1990: 125. O original deste documento encontra-se na Torre do Tombo com a cota ANTT. José da Silva Carvalho, cx. 3, mç. 3, doc. 5.

10. Numa biografia que em Setembro de 1822 consagrou a Manuel Fernandes Tomás, uma revista britânica afirmava que o parecer de Silva Carvalho, sobre a disposição revolucionária dos «patriotas» de Lisboa em 1819, fora «sombrio e desanimador: sintetizava-se em três palavras; inertes, tímidos e servis». Cf. *Biography of Eminent Persons. Manoel Fernandez Thomaz and the Portuguese Revolution*, 1822: 138 (tradução da nossa responsabilidade).

11. ARRIAGA, 1886: 655-656.

12. [BORGES], 1821: 78.

Naquela época e no contexto existente em Lisboa, assim como em qualquer outra cidade portuguesa, era às elites a quem competia a iniciativa. Consequentemente, a imagem que fica da cidade — no caso, Lisboa —, é a das suas elites e do papel que então desempenharam, a qual, como se comprova pelos relatos coevos, foi de uma total inação.

No início do mês de Julho de 1820, por proposta de Fernandes Tomás, o Sinédrio deliberou que não se devia empreender mais nada de novo sem se conhecer o estado da opinião pública em Lisboa e tentar, uma vez mais, obter a colaboração dos «patriotas» ali existentes. Não obstante constituir uma tarefa arriscada, ele próprio disponibilizou-se para a executar. Nos finais de Julho partiu então para Lisboa, onde se demorou «uma semana, consultando os amigos e examinando o estado da capital e voltou outra vez ao Porto, depois de três semanas de ida e volta»<sup>13</sup>. A chegada de Fernandes Tomás a Lisboa não passou despercebida à Junta de Governo do Reino, que suspeitou dos motivos que o teriam aí levado. Poucos dias após ter iniciado os contactos, constatou que estava a ser seguido, com os agentes policiais procurando descobrir quem eram as pessoas por ele contactadas. A situação começou a ficar crítica e Fernandes Tomás a recear pela sua segurança, pelo que, quando se apercebeu da iminência da sua detenção, partiu apressadamente para o Porto. Sobre os resultados da missão, «declarou que a opinião e espírito público da capital era excelente, que todos aqueles com quem falou estavam dispostos não a principiar a revolução, mas a segui-la depois de começada no Porto»<sup>14</sup>. Contudo, José Ferreira Borges afirmou que a sua jornada não teve resultados mais felizes do que tivera a anterior, protagonizada por Silva Carvalho, acrescentando que «antes de sair da capital avisou [...] da sua próxima volta para o Porto; e apesar de não ter certeza alguma da cooperação de Lisboa, recomendou toda a possível actividade, pois que as coisas eram chegadas a ponto de já não ser possível haver grande demora»<sup>15</sup>.

Duas conclusões podem desde já retirar-se no que respeita ao papel desempenhado por Lisboa na preparação da Revolução Liberal: dada a situação de repressão ali existente, nenhum sector da sociedade lisboeta tinha condições ou manifestava interesse em desenvolver qualquer acto revolucionário que tentasse o derrube do regime vigente; por essa razão, existia a convicção generalizada

13. ARAÚJO, 1846: 20.

14. CARVALHO, 1990: 135.

15. [BORGES], 1821: 132-133.

que só da cidade do Porto poderia partir qualquer iniciativa que contribuísse para aquele objectivo. Deste modo, pelos factos que acabamos de relembrar e atentando, uma vez mais, que a imagem da cidade é a que é conferida pelas suas elites, é fácil constatar que o papel de Lisboa na preparação da Revolução de 1820 não só foi nulo como, inclusivamente, as elites então no poder tomaram medidas para a combater. Tendo chegado rumores de que algo estaria a ser preparado no Porto, a Junta de Governo do Reino enviou o marechal Manuel Pamplona Carneiro Rangel para aquela cidade, e deu idênticas instruções ao tenente-general Canavarro, governador das Armas do Porto, comunicando-lhes a necessidade de tomarem todas as medidas de precaução, «para fazer malograr qualquer surpresa»<sup>16</sup>, as quais, contudo, já não foram a tempo de evitar o pronunciamento militar de 24 de Agosto.

## 2. Lisboa de 24 de Agosto a 15 de Setembro de 1820

A reacção de Lisboa ao vitorioso pronunciamento do Porto de 24 de Agosto conheceu duas posições de natureza completamente oposta. A população, de um modo geral, prestou-lhe um excelente acolhimento, tendo-se instalado na cidade um ambiente de enorme exaltação, e uma grande vontade e interesse por parte de todos em obter mais informações sobre o que se tinha passado no Porto. Os Governadores do Reino, como seria de esperar, receberam-no com um enorme desalento, tanto mais que tiveram de imediato a percepção das conseqüências que a sua propagação a outros pontos do país iria provocar na continuidade do regime absolutista em Portugal.

É, por conseguinte, compreensível que o Governo de Lisboa tivesse reagido com uma desmedida hostilidade, traduzida na Proclamação então publicada, na qual considerava que o pronunciamento liberal não passava de um «horrendo crime de rebelião contra o poder, a Autoridade legítima do nosso Augusto Soberano, El-Rei Nosso Senhor»<sup>17</sup>, que tinha sido cometido na cidade do Porto, ao mesmo tempo que se dizia confiante de que o exército «se apresse em apagar a mancha, de que

16. *Carta confidencial do conde da Feira para Manuel Pamplona Carneiro Rangel, de 26 de Agosto de 1820*. BNP. COD. 10706//64, e *Carta confidencial do conde da Feira para Filipe de Sousa Canavarro, de 26 de Agosto de 1820*. BNP. COD. 10706//68.

17. PORTUGAL. Governadores do Reino [1820]: 1.

a sua honra está ameaçada»<sup>18</sup>. Esta Proclamação foi, então, afixada nalgumas praças e ruas da cidade, mas, na realidade, nem esta nem as seguintes que o Governo de Lisboa mandou afixar surtiram qualquer efeito. Inclusive,

*apareceram numas partes arrancadas e rasgadas na manhã do dia 30, e noutras cobertas de imundície, havendo poucas que se vissem intactas. Além deste facto, a polícia participou também que publicamente se falava dos acontecimentos do Porto nas lojas e praças públicas, havendo alguns indivíduos, que nas suas conversações com outros, não ocultavam os seus sentimentos de aprovação ao que naquela cidade tinha acontecido*<sup>19</sup>.

Lisboetas simpatizantes da Revolução Liberal apressaram-se a escrever para o «Diário Nacional», do Porto, relatando o ambiente que então se vivia na cidade. Segundo uma destas cartas, enviada em 29 de Agosto,

*há grandes recomendações para que tudo esteja tranquilo, de forma que o sossego é grande, e fala-se nisto tão publicamente que rapazes, velhos, moços e mulheres, tudo francamente diz que é bom que venha o dito Governo [do Porto]: os soldados pela mesma rua dizem que tomara que já chegassem*<sup>20</sup>.

Numa outra missiva, enviada no dia seguinte, o seu autor relatava:

*aqui espera-se a chegada dos bravos dessas províncias, ou pelo dia da Restauração a quinze do mês que entra*<sup>21</sup>, *para se sacudir o infernal jugo do despotismo. Hoje aparecem arrancadas ou rasgadas as Proclamações [da Regência], e outras sujas com lama e trampa, e o povo mostra estar pela liberdade*<sup>22</sup>.

18. PORTUGAL. Governadores do Reino [1820]: 2.

19. SORIANO, 1881: 447.

20. *Cartas particulares*, 1820: 4.

21. O autor da carta deveria estar integrado ou em contacto com as associações ou grupos informais que se encontravam a preparar a sublevação em Lisboa, pois já antecipava o dia 15 de Setembro para a efectivar.

22. *Cartas particulares*, 1820: 4.



As próprias autoridades hesitavam em pôr em prática medidas de repressão, temendo que fossem contraproducentes, como refere uma comunicação do Intendente para o Governo:

*é este negócio nas circunstâncias actuais um objecto que exige a maior ponderação, quanto ao modo de conduzir-se a polícia com semelhantes indivíduos, porque o proceder contra eles à prisão, como é devido e se tem feito em outras ocasiões, pode na presente produzir irritações, e é importantíssimo evitar movimentos tumultuários*<sup>23</sup>.

A população de Lisboa ansiava pela chegada do Exército do Governo da Junta do Porto à cidade. Um panorama que nos é assim descrito por um outro ofício do Intendente Geral da Polícia de Lisboa para o Ministério do Reino, em 14 de Setembro:

*tendo-se publicado na Gazeta as duas proclamações que a Junta do Porto dirigira às tropas que haviam abraçado a sua causa*<sup>24</sup>, *acompanhadas de observações e comentários do gazeteiro, produziu isto no público uma impressão a mais desagradável possível contra os próprios Governadores. O espírito público pareceu dar geralmente toda a importância ao conteúdo das ditas proclamações, e nenhuma absolutamente às reflexões que as precediam por parte do redactor da Gazeta. Apinhou-se constantemente à porta da loja onde este jornal se vendia grande número de povo a pretender comprá-lo por muito maior preço do que o costume, e andava nas mãos de todos, parecendo aderirem gostosos ao que se continha nas ditas proclamações, de modo que o efeito de uma tal publicação foi justamente o contrário do que com ela tiveram em vista os Governadores do Reino*<sup>25</sup>.

Existiam agora dois Governos em Portugal: o da Regência, sediado em Lisboa, e o da Junta Provisional, o Governo Supremo recém-instalado no Porto. Cada um com uma dinâmica própria, que no caso do primeiro muito em breve assumirá um carácter defensivo, e no caso do segundo, um carácter ofensivo.

23. SORIANO, 1881: 447.

24. «Gazeta de Lisboa», 1820: 1-4.

25. «Ofício do Intendente Geral da Polícia para o Ministério do Reino em 14 de Setembro» *apud* SORIANO, 1881: 465-466; ver também, «Ofício do Intendente Geral da Polícia João de Matos e Vasconcelos Barbosa de Magalhães para o Ministério do Reino, em 14 de Setembro». ANTT. Intendência Geral de Polícia, cx. 577, mç. 461.

É na perspectiva deste, ou seja, do Governo Supremo, que deve ser observada — e compreendida — a evolução política e militar dos acontecimentos até à sua entrada em Lisboa, no dia 1 de Outubro. Foi isso que procurámos efectuar, tanto no guião da Exposição Comemorativa que esteve na Casa do Infante como no respectivo Livro-Catálogo, ao contrário de praticamente a totalidade dos autores que até hoje abordaram este acontecimento histórico. É com a visão do Porto, precisamente porque é ele que impõe e lidera o processo político-militar resultante da Revolução Liberal, que deve ser apreciada a evolução dos acontecimentos, possibilitando assim um maior rigor na sua cabal compreensão.

A agressiva Proclamação do Governo de Lisboa não surtiu qualquer efeito. Pelo contrário, tanto a população da cidade como, de um modo geral, a do país, demonstravam um claro apoio ao Governo Supremo do Porto, como evidenciam os relatos já referidos, no respeitante a Lisboa, ou as sucessivas adesões entusiásticas que o marechal Gaspar Teixeira conheceu em Trás-os-Montes e o coronel Sepúlveda na Beira, para além das já obtidas no Minho. Com as forças militares que lhe eram afectas em desagregação e, frequentemente, em debandada — o conde de Amarante fugiu para a Galiza e o general Vitória abandonara a Guarda em direcção a Castelo Branco —, o Governo de Lisboa rapidamente constatou que um triunfo militar sobre as forças liberais era impossível. Seguindo o conselho do conde de Palmela, que se encontrava em Lisboa em trânsito para o Brasil onde iria integrar o governo do Rio de Janeiro, optou por anunciar a convocação das Cortes à maneira antiga, através de uma Proclamação, e solicitar a D. João VI — a quem, entretanto, tinha enviado um relatório sobre a nova situação instalada em Portugal — o regresso de um elemento da Família Real, pois, como sublinhou o mentor destas iniciativas, constituía «o único recurso que poderá satisfazer a maioria da nação, e tirar à Junta do Porto os meios de alucinar a gente de bem. Não sei se o remédio será suficiente, mas estou em consciência persuadido de que não havia outro»<sup>26</sup>.

De uma postura de enorme agressividade o Governo de Lisboa rapidamente passou a uma posição de conciliação, incumbindo o general Póvoas da missão de se dirigir com a maior brevidade ao Porto, a fim de entregar um ofício ao Governo Supremo, que, segundo a descrição efectuada pela gazeta oficial, continha «as vozes de conciliação e concórdia que os Excelentíssimos Senhores Governadores

26. PALMELA, 1851: 134.

do Reino dirigiram à Junta que se estabeleceu na cidade do Porto»<sup>27</sup>. O general Póvoas saiu de Lisboa a 13 de Setembro, para o desempenho da sua missão, tendo chegado dois dias depois a Leiria, onde teve conhecimento de que o Governo Supremo já se encontrava em Coimbra, cidade para onde se dirigiu no dia seguinte. Recebido por dois membros do Governo Supremo, Manuel Fernandes Tomás e Roque Ribeiro de Abranches, em breve recebeu a clara e inequívoca resposta de que o Governo Supremo não aceitava o ofício do Governo de Lisboa e nem queria saber o seu conteúdo, devolvendo-o ao remetente, e dando-lhe um curto prazo para abandonar a cidade. Às 4 horas da manhã, do dia 17 de Setembro, o general Póvoas partiu de Coimbra em direcção a Lisboa, onde chegou na madrugada do dia 19, apresentando-se ao Governo Interino, entretanto estabelecido naquela cidade, após a sua adesão à causa constitucional, no dia 15 de Setembro.

### 3. A adesão de Lisboa à nova situação política

Embora não existam fontes que nos elucidem sobre os sectores da sociedade lisboeta que se encontravam a trabalhar na preparação de uma sublevação liberal, pelas notícias e rumores que chegavam ao Porto — nomeadamente as duas cartas de cidadãos daquela cidade já referidas, publicadas no «Diário Nacional» —, é indubitável que esses preparativos estavam a ser organizados, tanto a nível civil como militar. O ambiente que, então, se vivia na cidade e o ânimo dos seus habitantes eram cada vez mais propícios a uma tal solução.

Entre as poucas personagens que se conhecem sobre a génese da sublevação liberal em Lisboa, destacam-se Gregório José de Seixas<sup>28</sup>, em cuja residência, no Rossio, se reuniam vários conspiradores, a saber: Francisco Xavier Monteiro, Francisco Simões Margiochi<sup>29</sup>, o escrivão do juiz do povo, Veríssimo José da Veiga, e provavelmente também Bernardo de Sá Nogueira<sup>30</sup>, pois fora quem contactara

27. «Gazeta de Lisboa», 1820: 2.

28. Gregório José de Seixas, liberal de longa data, bacharel formado em Filosofia e Medicina pela Universidade de Coimbra onde foi professor, futuro Provedor da Casa da Moeda de Lisboa e Deputado às Cortes, era membro da Maçonaria.

29. Francisco Simões Margiochi, matemático, professor, oficial da marinha, autor de várias obras de Matemática e sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa, sendo também membro da Maçonaria.

30. Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, figura de destaque do meio militar, futuro marquês de Sá da Bandeira, foi igualmente membro da Maçonaria.

o juiz do povo e o seu escrivão. Será este um dos grupos<sup>31</sup> que irá conceber uma parte das iniciativas conducentes à concretização da sublevação liberal em Lisboa, tais como a marcação da data para o dia 15 de Setembro — embora parecesse existir um consenso sobre a mesma — ou a elaboração de uma lista prévia das pessoas que poderiam vir a integrar o novo governo. Faltava, apenas, escolher alguém que desencadeasse a iniciativa, uma tarefa arriscada, mas imprescindível. Nas sondagens efectuadas para a escolha desse personagem, o escrivão do juiz do povo tinha contactado e obtido a anuência de um tenente-coronel, que fora demitido do Exército pelo marechal Beresford, tendo este declarado estar na disposição de se dirigir ao Rossio, às 3 horas da tarde do dia 15 de Setembro, com a força militar suficiente para desencadear a sublevação. Veríssimo José da Veiga também lá estaria, acompanhado pelo juiz do povo, João Alves, a fim de prestarem apoio e darem continuidade ao movimento. A data de 15 de Setembro era a ideal, pois aproveitar-se-iam as movimentações de corpos militares que então iriam ocorrer, uma vez que nesse dia se realizaria no Rossio a tradicional parada comemorativa da derrota das tropas napoleónicas em 1808, com o reembarque de Junot para França. No entanto, em virtude de «se ter notado que entre o povo e a tropa havia grande intimidade, e mesmo por factos observados de brindes em lojas de bebidas de gentes do povo e soldados»<sup>32</sup>, no dia anterior, o Governo de Lisboa resolvera, por precaução, proibir a parada. Porém, esta medida não só não demoveu os conspiradores como teve um efeito contraproducente na opinião pública lisboeta, causando uma grande excitação, com a propagação de inúmeros boatos sobre uma iminente revolução. Na data e hora aprazadas, o tal tenente-coronel não apareceu, o que implicava o fracasso da iniciativa; contudo, pouco depois o juiz do povo foi contactado por um oficial, um tanto ou quanto alvoroçado, comunicando-lhe que já se encontrava no Rossio uma parte da guarnição militar da cidade, convocando-o para comparecer naquela praça. Serão, por conseguinte, os militares que, num processo autónomo, protagonizaram a adesão de Lisboa à nova situação política em que o país se encontrava, embora, posteriormente, tivessem contado com a participação da população da cidade.

31. Que, eventualmente, poderia ter constituído uma loja maçónica antes da suspensão destas pelo Grande Oriente Lusitano, a seguir à publicação do Alvará de 1818 proibindo as sociedades secretas.

32. SORIANO, 1881: 274.

## 4. Os acontecimentos no quartel de Vale de Pereiro

A historiografia portuguesa tem vindo a descrever os acontecimentos do dia 15 de Setembro, ocorridos em Lisboa, destacando o papel decisivo que o tenente Aurélio José de Morais, do Regimento de Infantaria n.º 16, sediado no Quartel de Vale de Pereiro, desempenhou na sublevação daquele corpo militar e na sua condução ao Rossio, local onde foi proclamada a adesão à «*Revolução Liberal do Porto*», uma expressão que então se encontrava generalizada em todo o país, incluindo Lisboa, e posteriormente no Brasil. Como descrevemos no Livro-Catálogo da Exposição Comemorativa da Revolução Liberal do Porto, o papel desempenhado pelo tenente Aurélio nos acontecimentos foi sobrealvalorizado pela historiografia portuguesa — e, obviamente, por ele próprio — pois, ao contrário do que afirmou, autoproclamando-se o único salvador de Lisboa, foi logo em 28 de Agosto, quando chegaram as primeiras notícias da Revolução Liberal do Porto, que alguns oficiais do Regimento de Infantaria n.º 16, acantonado no Quartel de Vale de Pereiro<sup>33</sup>, «havia tratado a maneira prudente e segura pela qual deveriam conduzir-se com o seu Regimento ao Porto e participar da glória dos seus camaradas, em cuja conferência não julgaram a propósito ouvir [o tenente Aurélio] pela pouca segurança do seu carácter»<sup>34</sup>.

A mobilização das tropas do Quartel de Vale de Pereiro não foi, por conseguinte, da iniciativa do tenente Aurélio — o que seria difícil ser concretizado por um só oficial, e ainda para mais de baixa patente — mas, pelo contrário, fora

*filha de uma anterior combinação, e por isso mesmo que posto que o Governo tinha ordenado não comparecessem na Grande Parada para evitar o que receava, e grande parte dos soldados não estranharam as disposições que precederam àquela marcha sem que hesitassem, se prestassem a seguir e prosperar os desígnios que os seus comandantes conceberam, e conservavam ocultos, e chegando à praça do Rossio como lugar central e por isso mais apto,*

33. Este grupo de oficiais era composto pelo capitão Tomás Joaquim Xavier, ajudante José Joaquim Gomes Fontoura, ajudante Fernando José de Macedo, capitão Venâncio Tomás da Cunha Fabre, alferes Francisco José de Faria, alferes Raimundo Alves Martins, tenente António Nogueira de Carvalho, capitão António Pereira Rangel e alferes Manuel António de Barros.

34. Segundo o relato dos oficiais, o tenente Aurélio tinha pouco crédito no Regimento, em particular na Companhia que então comandava, a qual, apenas alguns dias antes, requerera ao coronel Kenneth Snodgrass, a sua substituição pelo tenente Gerardo José Braamcamp. Cf. [AA. VV.], 1821: 4.

*na ocasião dos Vivas, a uma voz proclamassem a Constituição e o seu Governo, e empresa do Porto*<sup>35</sup>.

Essa combinação havia sido acordada numa reunião de oficiais daquele Quartel, efectuada no dia 14 de Setembro, tendo ficado decidido «de no dia seguinte à hora da Parada<sup>36</sup> ou da reunião gritarem “Vivam os nossos camaradas do Porto”»<sup>37</sup>. Foi, portanto, a conjugação da iniciativa dos oficiais e soldados de vários corpos militares, com o apoio do povo de Lisboa, materializada na tarde do dia 15 de Setembro no Rossio, que impôs o derrube do Governo da Regência e a nomeação do Governo Interino.

Os acontecimentos no Quartel do Regimento de Infantaria n.º 16 tiveram dois momentos, estritamente ligados entre si: um primeiro, em que «por ordem do tenente-coronel Sarrià se deram vivas à Religião, à Constituição e ao Rei»<sup>38</sup>, ainda dentro dos muros do Quartel; e um segundo, em que este oficial «deu vozes ao Regimento, e marchou com ele para o Rossio»<sup>39</sup>. No seu conjunto, estes dois momentos — assim como a obediência à ordem para os regimentos regressarem aos quartéis no final da tarde de 15 de Setembro — aproximam os acontecimentos deste dia da figura do pronunciamento militar. No entanto, defendemos que globalmente o movimento de Lisboa não pode ser considerado um pronunciamento militar, precisamente porque há uma participação assumida e decisiva da sua população no processo, a qual, em conjunto com os soldados e restantes militares, impôs a sua vontade, um *modus operandi* que não está conforme às usuais características de um pronunciamento militar. E muito menos constituiu um motim que, «a seguir, se transformou num tumulto»<sup>40</sup>, como já tivemos oportunidade de demonstrar.

Qual foi o papel de Lisboa durante este período? Primeiro, representada pelo Governo da Regência, combateu a Revolução Liberal do Porto — embora a sua população, pelo contrário, a saudasse entusiasticamente —, depois conciliou com o Governo Supremo numa típica tentativa de sobrevivência, e, por último,

35. [AA. VV.], 1821: 5.

36. Não tinham ainda conhecimento da anulação da parada militar pelo Governo de Lisboa, a qual foi decretada nesse mesmo dia.

37. [AA. VV.], 1821: 6.

38. [AA. VV.], 1821: 7.

39. [AA. VV.], 1821: 8.

40. VALENTE, 2005: 63.

foi surpreendida pela iniciativa dos militares do Quartel de Vale de Pereiro, cujo objectivo era o de seguirem o exemplo do Porto, ao qual declararam a sua adesão. Por conseguinte, os acontecimentos de 15 de Setembro visavam a adesão de Lisboa à Revolução Liberal do Porto, ou seja, inseri-la no processo desencadeado em 24 de Agosto, que ainda se encontrava em curso, conduzido pelo Governo Supremo do Reino.

Em conclusão, durante este período, o papel efectivo de Lisboa em prol da Revolução Liberal — ou melhor, o papel das suas elites, não o dos seus sectores populares — foi praticamente nulo, repousando essencialmente na iniciativa, decisiva, mas um tanto ou quanto tardia, dos militares de Vale de Pereiro que, como afirmaram, queriam seguir o exemplo dos seus camaradas do Porto. E o próprio conde de Resende — que viria a integrar o Governo Interino — tentara evitar, sem sucesso, a sublevação do Regimento de Infantaria n.º 16 no dia 15 de Setembro, antes de ser obrigado a aderir à mesma, contra sua vontade.

## 5. Lisboa de 15 de Setembro a 1 de Outubro de 1820

Logo a 17 de Setembro o Governo Interino emitiu uma Proclamação na qual fazia tábua rasa da Revolução Liberal do Porto e do Governo Supremo do Reino dela resultante, dirigindo-se aos portugueses em geral, em vez de o fazer apenas ao povo de Lisboa, que fora quem efectivamente o tinha designado. Nem uma só palavra de reconhecimento do papel desempenhado pelos autores do pronunciamento de 24 de Agosto, mas era óbvio que ao dirigir-se genericamente a todos os portugueses pretendia subalternizar a Junta do Porto, e que esta se submetesse às suas orientações, expressas, aliás, nessa Proclamação. Esta, traduzia bem a natureza política dos membros que o compunham, evidenciando com clareza a ausência de uma orientação liberal que norteasse as suas propostas. Não é de estranhar que tal se tivesse verificado, pois nenhum dos membros do Governo Interino se tinha destacado anteriormente por criticar ou se opor ao regime absolutista, para além das relações de parentesco que entretinham com alguns dos membros do Governo da Regência.

Outra das iniciativas tomadas pelo Governo Interino — que, aliás, se impunha — foi a de enviar um ofício ao Governo da Junta do Porto, que então se encontrava em Coimbra, comunicando-lhe o sucedido em Lisboa e convidando-o a trabalhar

em conjunto para a promoção «do bem geral da nação». Ao mesmo tempo que se autointitulava «Governo Interino [...] por voto unânime do povo» — esquecendo-se de acrescentar que fora apenas pelo povo de Lisboa —, em relação ao Governo da Junta do Porto recusava-se a utilizar a denominação de «*Governo Supremo do Reino*» — como todo o país, incluindo a população de Lisboa, já então o designava —, chamando-lhe simplesmente «Governo proclamado nessa Cidade do Porto». Esta formulação pretendia fazer passar para a opinião pública, e para o próprio Governo Supremo, uma hierarquização, na qual, obviamente, seria o Governo Interino a ocupar o lugar cimeiro. Não constituía, como é fácil ver, uma questão de rivalidade entre as duas cidades, mas apenas uma tentativa — por parte do Governo de Lisboa — de controlar a situação política, tentando valer-se da natural ascendência que a capital de um país exerce sobre qualquer cidade da «província».

Porém, a manobra não surtiu qualquer efeito. A Junta do Porto respondeu-lhe adequadamente, chamando a atenção para um pequeno pormenor, que era o de se encontrar numa situação muito diferente da do Governo Interino, uma vez que havia conseguido granjear o «unânime consenso de mais de dois terços da Nação», e não apenas da cidade de Lisboa. A Junta do Porto compreendia perfeitamente a intenção do Governo Interino ao nomear o seu Governo como «Governo proclamado nessa Cidade do Porto», e aproveitava para lhe lembrar que a expressão «Governo Supremo do Reino» não só fora amplamente aclamada pelo povo de Lisboa no próprio dia 15 de Setembro, como «mais de dois terços na nação» o tinham vindo a fazer desde o dia 24 de Agosto. Recordava-lhe ainda que apenas há três dias, por «semelhante impropriedade», se tinha recusado a receber o ofício que o deposto Governo da Regência lhe tinha enviado por intermédio do general Póvoas. Reafirmava, ainda, o conteúdo da sua Proclamação de 28 de Agosto aos habitantes de Lisboa, de «receber com fraternal acolhimento e unir cordialmente a si os representantes dessa ilustre cidade, e das províncias do Sul, para trabalharem de mão comum». O Governo Interino recuou de imediato, pois constatara que a sua tentativa de afirmar a hegemonia não dera resultado, tanto mais que em termos comparativos não dispunha de uma força militar que lhe pudesse proporcionar essa supremacia, pelo que não lhe restava outra alternativa do que colocar-se numa posição de subalternidade, reconhecendo a autoridade do Governo Supremo.

Uma vez mais, qual foi o papel de Lisboa durante este período? Para além dos acontecimentos de 15 de Setembro — que ocorreram à margem das elites e de



outros sectores sociais lisboetas, resultando da acção conjugada dos militares com a população da cidade —, o que ressalta é a tentativa frustrada do Governo Interino em se assenhorear do processo político em curso, ao tentar subalternizar o Governo Supremo do Reino. A entrada da Junta do Porto em Lisboa, no dia 1 de Outubro, e a recente criação da nova Junta do Supremo Governo do Reino traduziram-se simultaneamente na ampliação/alteração da natureza da revolução: de uma revolução protagonizada e dirigida pelo Porto — pelas suas elites civis e militares, com o posterior apoio da população — passou a uma revolução de carácter nacional. A Revolução de 1820 é, obviamente, uma revolução nacional, mas antes de o ser foi uma revolução do Porto, e foi a actuação dos sectores sociais desta cidade, civis e militares, que foi decisiva para a garantia do seu sucesso.

Qualquer análise histórica da Revolução Liberal de 1820 não pode ser feita com base num preconceito anti-lisboeta, o que seria inadmissível. Todavia, convém esclarecer qual foi o efectivo papel que Lisboa desempenhou no seu sucesso e, pelo acima exposto, cremos que facilmente se constata não ter existido qualquer apoio concreto das elites, ou seja, dos principais sectores sociais daquela cidade à Revolução Liberal. No seu íntimo, alguns deles desejavam-na, mas na prática não desenvolveram qualquer actuação bem-sucedida nesse sentido, não obstante a frustrada tentativa do grupo de Gregório José de Seixas. Foram os militares do Quartel de Vale de Pereiro que tomaram a iniciativa. O papel de Lisboa, até à chegada da Junta do Porto, limitou-se aos acontecimentos de 15 de Setembro, ainda que decisivos. Mesmo depois deste dia, o comportamento de Lisboa, por intermédio do Governo Interino, foi inicialmente desenvolvido de um modo desleal e incongruente, até este se ver obrigado a render-se à firmeza da Junta do Porto e à evidência representada pelo esmagador apoio que a mesma granjeou junto do povo português, incluindo o de Lisboa.

Embora não se conheçam em pormenor, por escassez de fontes, quais os contactos que ali desenvolveu, parece, no entanto, claro que a ida de Fernandes Tomás a Lisboa, como anteriormente ocorrera com Silva Carvalho, não se traduziu na criação de qualquer grupo organizado que pudesse actuar logo após o 24 de Agosto, no apoio à revolução. Acabou por ser necessário que fosse o Porto a «levar a redenção aos cativos lisboenses»<sup>41</sup>. Exceptuam-se, como já foi salientado, os determinantes acontecimentos de 15 de Setembro, mas é necessário sublinhar

41. «Regeneração de Portugal», 1820: 2.

que a adesão dos militares que os iniciaram foi feita com os olhos postos nos seus camaradas do Porto, como os próprios afirmaram, e não por influência das elites ou de quaisquer sectores sociais de Lisboa. Tanto quanto foi possível apurar, estes existiam — é o caso do referido grupo de Gregório José de Seixas —, mas não demonstraram capacidade para alterar a situação. Os acontecimentos foram da exclusiva responsabilidade dos corpos militares e da população da cidade, tendo os sectores sociais mais destacados de Lisboa entrado em cena apenas quando por aqueles foram convocados e para as funções que os mesmos lhes atribuíram. Considerando, uma vez mais, que neste processo a imagem que fica de Lisboa é a das suas elites, pelas descrições acima efectuadas dos diferentes momentos-chave que ocorreram, antes e depois de 24 de Agosto, facilmente se constata que não foi a sua actuação que garantiu o sucesso da Revolução Liberal. Este vinha sendo progressivamente conquistado pelo Governo Supremo do Reino desde o dia 24 de Agosto, sendo o papel de Lisboa o de se inserir nesse processo após os acontecimentos de 15 de Setembro. E a partir do acordo alcançado em Alcobaça, em 27 de Setembro, a Revolução Liberal de 1820 adquiriu, finalmente, um carácter nacional.

# Fontes e Bibliografia

## Fontes

### Fontes Manuscritas

#### **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**

ANTT. José da Silva Carvalho, cx. 3, mç. 3, doc. 5. PT/TT/JSC/A/001/0001/00005.

ANTT. Intendência Geral de Polícia, cx. 577, mç. 461.

#### **Biblioteca Nacional de Portugal**

*CARTA CONFIDENCIAL do conde da Feira para Manuel Pamplona Carneiro Rangel, de 26 de Agosto de 1820.* Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal. COD. 10706//64.

*CARTA CONFIDENCIAL do conde da Feira para Filipe de Sousa Canavarro, de 26 de Agosto de 1820.* Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal. COD. 10706//68.

### Fontes Impressas

[AA. VV.] (1821). *Verdadeira Exposição dos factos praticados pelo Regimento de Infantaria n.º 16 no memorável dia 15 de Setembro de 1820, e que serve de resposta ao requerimento que Aurélio José de Morais, capitão assistente do ajudante general levou à presença de Sua Majestade em 26 de Agosto de 1821, e à memória que em 12 de Fevereiro do mesmo ano apresentou ao Soberano Congresso da Nação, pretendendo inculcar-se como o único Salvador da sua Pátria.* Lisboa: na Oficina de Simão Tadeu Ferreira.

ARAÚJO, José Maria Xavier de (1846). *Revelações e Memórias para a História da Revolução de 24 de Agosto de 1820, e de 15 de Setembro do mesmo ano.* Lisboa: Tipografia Rollandiana.

*BIOGRAPHY OF EMINENT PERSONS. Manoel Fernandez Thomaz and the Portuguese Revolution.* «The Monthly Magazine». 54: 372 (1 Sept. 1822) 135-138.

[BORGES, José Ferreira] (1821). *Memórias para a História de nossa brilhante e gloriosa Regeneração de 24 de Agosto de 1820.* «O Campeão Português, ou O Amigo do Rei e do Povo». Londres. 4:34 (16 Abr. 1821).

MEDEIROS, Filipe Arnaud de (1820). *Alegação de Facto, e de Direito.* Lisboa: Impressão Régia.

PORTUGAL. Governadores do Reino [1820]. *Proclamação* [dos Governadores do Reino, de 29 de Agosto de 1820]. [Lisboa]: Impressão Régia.

## Legislação

ALVARÁ DE 30 DE MARÇO de 1818 em que o rei [D. João VI] declara por Criminosas e Prohibidas todas e quaisquer Sociedades Secretas, de qualquer Denominação que ellas sejam. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1818.

## Publicações periódicas

«CAMPEÃO (O) Português, ou O Amigo do Rei e do Povo». 4:34 (16 Abr.1821).

«CAMPEÃO (O) Português, ou O Amigo do Rei e do Povo». 4:35 (16 Mai. 1821).

CARTAS *particulares*. «Diário Nacional». 6 (1 Set. 1820) 4.

«GAZETA de Lisboa». 219 (13 Set. 1820) 1-4.

«GAZETA de Lisboa». 221 (15 Set. 1820) 2.

«MONTHLY (The) Magazine». 372 [vol. 54, n.º 2] (1 Set. 1822).

«REGENERAÇÃO de Portugal». 1 (18 Set. 1820) 2.

## Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim (1993). *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime português*. Porto: Edições Afrontamento.

ARRIAGA, José de (1886). *História da Revolução Portuguesa de 1820*. Porto: Livraria Portuense Lopes & C.ª Editores, vol. 1.

CARVALHO, José da Silva (1990). *Memorandum sobre os Acontecimentos do dia 24 d'Agosto de 1820*. In MOGARRO, Maria João. *José da Silva Carvalho e a Revolução de 1820*. 1.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 55-141.

DIAS, Graça da Silva; DIAS, J. S. da Silva (1980). *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, vol. I, tomo II.

MARQUES, A. H. de Oliveira, coord. (2002). *Portugal e a Instauração do Liberalismo*. Lisboa: Editorial Presença. Vol. 9 de *Nova História de Portugal*. Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques.

PALMELA, Duque de (1851). *Despachos e Correspondencia*. Compil. de José Joaquim dos Reis e Vasconcellos. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. I.

SORIANO, Simão José da Luz (1881). *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política deste reino desde 1777 até 1834*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VALENTE, Vasco Pulido (2005). *Os Militares e a Política (1820-1856)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.